

Editorial

Crise ambiental: Evidências e iminências

Luciano Zanetti Pessôa Candiotto

Em dezembro de 2020, ao escrever o Editorial para o Número 2 do Volume 2 de **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, evidenciei o número de mais de 180 mil mortes causadas pela COVID-19 no Brasil. Hoje, ao escrever o Editorial deste número (Número 1 do Volume 3), não posso me furtar a registrar e comentar que mais de 500 mil vidas foram perdidas devido a essa doença no país. A CPI sobre a atuação do Governo Federal, em andamento no Senado Federal, tem comprovado que grande parte dessas vidas foi perdida em virtude da negligência do Presidente da República e de sua equipe na gestão da pandemia.

Por mais que a crise causada pela pandemia tenha uma proporção global, com milhões de mortes e com sérias consequências sociais e econômicas, o Brasil tem se destacado como um dos países mais afetados no mundo. Assim, além de uma crise social e econômica, vivenciamos uma crise ambiental e política – crises essas que tendem a ser intensificadas nos próximos meses.

Apesar da recente queda de Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente, não há muito o que comemorar. Enquanto esse governo continuar no poder, não teremos nenhuma perspectiva de melhoria na gestão ambiental do Brasil. A aprovação da Lei Geral do Licenciamento Ambiental pela Câmara dos Deputados, que atualmente tramita

no Senado, indica mais um grave retrocesso.¹ Outros Projetos de Lei, como o nº 490/2007 (demarcação de terras indígenas) e nº 633/2020 (grilagem de terras), indicam que a crise ambiental brasileira deve perdurar e piorar.

Junto às manobras legislativas, a chamada “crise hídrica”, deflagrada pela escassez de chuvas, mas com causas profundas e estruturais, já é evidente. Conseqüentemente, uma crise energética (de disponibilidade de energia), intimamente relacionada com o baixo nível dos reservatórios de usinas hidrelétricas, é iminente, assim como a ocorrência de queimadas em 2021, que pode ser similar à de 2020. O crescimento da utilização de energia proveniente de usinas termoelétricas, além dos custos ambientais, tem tornado a energia elétrica ainda mais cara para os brasileiros. A falta de perspectivas no tocante à prevenção e ao combate aos incêndios é preocupante. Enquanto isso, o Governo Federal investe R\$ 251 bilhões no agronegócio, através do Plano Safra de 2021...



O Número 1 do Volume 3 de **AMBIENTES** é composto por sete artigos e uma resenha. Ao oferecer mais uma relevante contribuição epistemológica para a Geografia Ambiental no Brasil, **Marcelo Lopes de Souza** propõe que o enfoque da Geografia Ambiental seja lido como uma superação dialética (*Aufhebung*) de cada um dos dois polos epistemológicos da Geografia, ou seja, da “Geografia Física” (estudo da “natureza”) e da “Geografia Humana” (estudo da “sociedade”) – o que nada tem a ver, entretanto, com uma negação da legitimidade e da importância desses polos *per se*. Dialogando criticamente com as dialéticas hegeliana e marxiana/marxista, e lançando mão da “lógica dos magmas” de Cornelius Castoriadis, o autor de “O enfoque da Geografia Ambiental como *Aufhebung*: Rejeitando o dualismo, abraçando a dialética” discute a pertinência de

¹ O Grupo de Trabalho ECOLutas, da Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental, publicou um texto sobre essa questão, que se encontra disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/18vt-po2cA6AGyJTuhp-yujjWBeEoEkOg/view>>.

se construïrem *objetos de conhecimento híbridos*. Estes demandam e suscitam diálogos epistêmicos *intradisciplinares*, podendo, portanto, servir para aproximar geógrafos “físicos” e “humanos” em torno de esforços de colaboração orientados por *problemas*.

Em “*A fronteira abissal no Oeste do Pará: Conflitos geoepistêmicos frente à implantação de grandes projetos espaciais*”, **Rafael Zilio** discute a discrepância entre a lógica de práticas espaciais de ribeirinhos, quilombolas e indígenas, de um lado, e a lógica do capital, decorrente de grandes projetos e do agronegócio, de outro, gerando o que denomina “conflitos geoepistêmicos”. Utilizando exemplos de tensões na região de Santarém (Pará), resultantes da instalação de portos e da pressão do agronegócio sobre a Terra Indígena Munduruku Planalto, o autor ilustra distintas territorializações e, conseqüentemente, territorialidades.

Michelle Cristina Farias e **Luiz Jardim Wanderley** apresentam informações e análises sobre a contaminação de indígenas pela COVID-19, discutindo a influência de garimpos e de outras atividades de mineração na propagação da doença na Amazônia. No artigo “*O avanço da Covid-19 sobre os povos indígenas amazônicos: A extração mineral como vetor da doença e a luta em defesa dos territórios*”, os autores abordam injustiças, mas, também, estratégias de organização e luta de indígenas contra atividades ilegais em terras indígenas, bem como contra a propagação do Coronavírus em seus territórios.

O historiador ambiental **Arthur Soffiati**, pesquisador e ativista com ampla atuação no norte do estado do Rio de Janeiro, mais especificamente no município de Campos dos Goytacazes, resgata, no artigo “*A grande transformação da planície do norte do Rio de Janeiro (1933-1990)*”, o processo de ocupação de planícies no Norte Fluminense, destacando as obras para a retificação de canais fluviais promovidas pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), e os impactos ambientais decorrentes dessa ocupação.

Letícia Stevanato Rodrigues analisa um caso emblemático de injustiça ambiental no município de São Paulo, relacionado à instalação de um conjunto habitacional – o Conjunto Heliópolis – em uma antiga área de lixão. Em “*O necrobiopoder sobre o corpo*

vulnerabilizado no Conjunto Heliópolis: As dimensões da injustiça ambiental no gerenciamento de risco em áreas contaminadas na capital paulista”, a autora dialoga com pesquisadores vinculados à Ecologia Política, destacando o papel de um “necrobiopoder patrimonialista” na vulnerabilização de corpos e territórios.

Outra situação de injustiça ambiental é a tratada no artigo “Injustiça ambiental-hídrica em Brumadinho, Minas Gerais: Conflito ambiental em torno das operações industriais da Coca-Cola FEMSA”, de **Felipe Pimentel Palha**. Além de abordar a centralidade da água no aumento do interesse de habitantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG) por um rural idílico na Serra da Moeda, o autor discute como a utilização intensiva de águas subterrâneas por parte de uma empresa da Coca-Cola, no distrito industrial de Itabirito (MG), tem gerado conflitos ambientais que levaram à instauração de um inquérito civil pelo Ministério Público.

Ao caracterizar e analisar o ciclo hidrossocial no município de Duque de Caxias (RJ), especificamente no Distrito de Imbariê, **Maria Helena do Carmo Silveira Costa** demonstra como há um acesso desigual à água, sobretudo por parte da população da periferia urbana. Com base em dados da empresa de abastecimento sobre a disponibilidade de água, a autora do artigo “Acesso à água na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: O Distrito de Imbariê, Duque de Caxias (RJ)” discute o tema sob o prisma da Ecologia Política.

Por fim, **Cristiano Quaresma de Paula, Evelin Cunha Biondo e Karinne Wendy Santos de Menezes** apresentam a resenha do último livro publicado por Dirce Surtegaray, intitulado “(Re) Ligar a Geografia: Natureza & Sociedade”. Na obra são destacados os principais elementos da trajetória e do pensamento da autora, marcados pela influência da Geografia Crítica e por uma abordagem que sempre buscou valorizar a consideração da relação sociedade-natureza.